

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA O CAMPO: UM SABER NECESSÁRIO

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE EDUCATION FOR THE RURAL AREAS: A NECESSARY LEARNING

Sandra Lucia de Souza Pinto Cribb¹
André Yves Cribb²

¹Centro Universitário Plínio Leite/Programa de Pós-graduação Strictu Sensu, sandralucibb@yahoo.com.br

²Embrapa Agroindústria de Alimentos/Área de Comunicação e Negócios, aycribb@ctaa.embrapa.br

Resumo

Este artigo aborda a necessidade da educação ambiental para as escolas do campo, pois esta resgata valores diversificados fundamentais para uma visão e uma atuação abrangentes por envolver as instâncias ética, ecológica, econômica, política, social, histórico-cultural e tecnológica, necessárias para preparar os cidadãos como co-responsáveis na resolução de problemas ambientais e para outras transformações no que se refere à superação das desigualdades sociais, da dominação da natureza e da degradação ambiental. Propostas inovadoras devem permear os projetos político-pedagógicos da educação para as comunidades do campo para que sejam formados cidadãos reflexivos, críticos e participativos que objetivem encontrar a solução dos problemas ambientais e contemplar novas relações entre os sujeitos da educação e os seus conhecimentos e tradições. Assim, enfatiza-se a necessidade da educação ambiental ser implementada em todos os níveis e modalidades de ensino, principalmente no ensino básico, seguindo a proposta dos parâmetros curriculares e dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação, educação ambiental, desenvolvimento sustentável.

Abstract

This paper discusses the importance of the environmental education for the rural schools because it recovers different important values to a vision and a comprising performance as it involves the ethical, ecological, economic, political, social, historic-cultural and technologic requests, important to prepare citizens as co-responsible in the environmental problems solution and to another changes which concern the overcoming of the social inequalities, the nature domination, the environmental degradation. New proposals shall penetrate the education political-pedagogics projects to the rural communities in order to form reflexive, critic and participant citizens, who desire to find the solution of the environmental problems and contemplate new relations among the subjects of the education and their knowledge, and traditions. Thus, it's emphasized the need of the environmental education be implemented in all levels and education's ways, mainly in the basic education, following the curriculum parameters proposals and the sustainable development presupposition.

Keywords: Education, Environmental education, sustainable development.

1. Introdução

A humanidade vive atualmente um momento histórico marcado por transformações profundas devido ao avanço tecnológico em diversas instâncias, quais sejam: na vida política e social, na economia, na produção cultural, na ciência, entre outros campos do conhecimento. Transformações estas que auxiliam a vida humana, mas também coloca em risco a vida do planeta.

O modelo de desenvolvimento estabelecido a partir do século XVIII com a Revolução Industrial levou a uma intensificação da destruição da natureza provocando reações e a organização de parcelas da sociedade em torno da preservação da natureza. Durante a década de 70 do século XX a emergência dos debates sobre a questão ambiental surgiu com muita força, dando lugar também ao aparecimento da consciência ecológica e do movimento ambientalista, que percebia a problemática ambiental como uma crise que então começava atingir toda a civilização frente à degradação ambiental. Após a realização de vários encontros nacionais e internacionais, envolvendo instituições governamentais e não governamentais, foi indicado nos documentos resultantes destes eventos que uma das diversas estratégias utilizadas para ajudar a conter o processo de destruição da natureza seria a educação, através de uma nova dimensão: a educação ambiental. Tal abordagem apresenta um caráter complexo e por isto requer uma visão interdisciplinar, ou seja, de vários conhecimentos que vão além da ecologia, da biologia e da química; implicam também no conhecimento de caráter social, ou seja, nos valores culturais, morais, na noção de cidadania, justiça, saúde, desigualdades sociais, entre outros aspectos.

Muitas pesquisas demonstram que a civilização industrial passou a dispor da natureza de uma forma muito intensa, o que levou a resultados bons e ruins. As cidades dos países industrializados cresceram e a agricultura modernizou-se, o que facilitou muito o seu abastecimento. Parte da população passou a ter acesso a bens de consumo tais como eletrodomésticos, automóveis, entre outras coisas. Entretanto, este avanço significou também um aumento da poluição atmosférica, dos recursos hídricos, visual, por desmatamentos e queimadas das florestas. Especificamente nas áreas da agricultura e pecuária, o uso de insumos químicos, fertilizantes, agrotóxicos e outros produtos perigosos para a saúde humana e para o meio ambiente, levaram a uma exploração generalizada, excessiva e ao desgaste dos ecossistemas em todo o mundo.

Tal situação deveu-se às mudanças no padrão tecnológico da agricultura, que se intensificou desde o fim da Segunda Guerra Mundial quando a industrialização atingiu níveis altos, principalmente nos países da Europa e América do Norte que se expandiram para regiões consideradas atrasadas, e se colocaram como exemplos a serem seguidos. Assim, o desenvolvimento passou a ser a bandeira dos países do chamado terceiro mundo que se empenharam para acelerar a urbanização, modernizar os setores de infra-estrutura e o processo de industrialização. As mudanças ocorreram não só nas políticas agrícolas e nos mercados de produtos agrícolas, atingiram também diferentes instâncias: o comércio (nacional e internacional), as políticas de ciência e tecnologia, as pesquisas bem como os padrões de consumo.

Atualmente a maioria dos problemas que atingem a humanidade tem origem no tipo de desenvolvimento que levou à falta de oportunidades sociais, desemprego, discriminações raciais e sexuais, má qualidade dos serviços, enfraquecimento e descaracterização do poder público, corrupção e tráfico de influências. Além destes problemas destacam-se ainda as alterações no clima, a poluição atmosférica, da água, escassez de água potável, esgotamento dos solos, alterações das paisagens, perda da biodiversidade, aglomerações das habitações populares, crescimento das favelas e da violência urbana. Tudo isto se configura numa situação de desequilíbrio ambiental. Tal quadro desanimador aponta para questões a serem solucionadas pelos povos e demonstra a necessidade de se adotar uma mudança de rumo, nos levando a um

aspecto importante a ser abordado que é o Desenvolvimento Sustentável, definido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988: 46), como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades". Isto significa melhorar as condições de vida para todos, pois como observa Dias (2003), de nada adianta termos desenvolvimento econômico, sem que haja desenvolvimento social; por outro lado, não basta haver os dois sem que tenhamos um ambiente saudável, ecologicamente equilibrado.

Na noção de desenvolvimento sustentável está implícita uma preocupação com a equidade social tanto em cada geração quanto entre as gerações. Para alcançar a sustentabilidade é necessário levar em consideração diversos aspectos fundamentais para a sobrevivência da humanidade, quais sejam: os culturais, os sociais e os econômicos associados à proteção ambiental.

Os caminhos para se alcançar o desenvolvimento sustentável podem e devem estar em vários meios de produção e têm um papel importante no bom funcionamento das atividades realizadas em diversas áreas, sobretudo nas atividades desenvolvidas no meio rural. Dentre estas pode-se destacar a agricultura familiar como uma forte alternativa para garantir a segurança alimentar. A implementação deste tipo de agricultura conforme (Aquino, 2003; Küster et al, 2004; Guanziroli et al, 2001), poderá contribuir para o aumento do mercado de empregos rurais agrícolas associados a rede de pequenas e médias cidades organicamente ligadas ao mundo rural.

Um programa que envolva esta perspectiva sem dúvida contribuirá para o desenvolvimento do meio rural, ajudando assim, a diminuir a pobreza, o desemprego, a exclusão social e controlar o êxodo rural. Enfim, a busca de uma transformação social no sentido de superar as desigualdades sociais, diminuir a apropriação e a dominação da natureza que acarreta uma forte e generalizada degradação ambiental. Entretanto, para isto é necessário que o ser humano mude seu comportamento, suas atitudes e a atual concepção de meio ambiente, ampliando esta visão (Capra, 1982). Mas para obtermos esse tipo de desenvolvimento, um dos objetivos primordiais dos currículos escolares voltados para a sustentabilidade ambiental deve ser a construção da noção de cidadania. Reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável, além de contribuir para firmar essa noção, possibilita uma inter-relação entre as disciplinas tradicionais, o que contribui para o enfrentamento dos diversos problemas do mundo atual.

Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) criados pelo Ministério da Educação, da Cultura e do Desporto (MEC) em 1998, recomendam que a Educação Ambiental seja introduzida no currículo do ensino básico e sugerem que o conhecimento dos problemas ambientais e de suas conseqüências desastrosas para a vida humana é importante tanto para promover uma atitude de cuidado e atenção a essas questões, como para valorizar ações preservacionistas e aquelas que proponham a sustentabilidade como princípio para a construção de normas que regulamentem as intervenções econômicas (Brasil, 1998).

A forma como a educação ambiental vem sendo discutida e incentivada demonstra a necessidade de sua inclusão no currículo da educação básica através dos PCN. A educação ambiental representa o alicerce de toda a educação e do aprendizado futuro, pois desempenha o papel da interdependência entre o ambiente natural e o sociocultural abrangendo valores diversificados e contextualizados (Aquino, 2003), fundamentais para uma atuação sistêmica, ou seja, abrange as visões ética, ecológica, econômica, política, social, histórico-cultural e a tecnológica. Valores estes que irão preparar o cidadão não só para serem co-responsáveis na resolução de problemas ambientais, mas para futuras transformações na sociedade.

Freire (1996) estabelece uma relação entre a questão ambiental e a educação, a política, a pobreza, a saúde e a ética, reforçando a necessidade de aproveitar a experiência de vida dos alunos para discutir problemas ligados à poluição, aos baixos níveis de bem estar das pessoas, dos lixões que conferem risco à saúde das populações. O referido autor concebe a escola como

uma instituição que não transforma a sociedade, mas pode ajudar a formar sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo e de si mesmos. Portanto, é preciso que a escola localizada nas áreas rurais deixe de ser uma agência urbana no campo e se torne uma agência de transformação social apoiada num modelo pedagógico libertador, com conteúdo e métodos adequados à realidade da população local, equilibrando o “que e como” se ensina nas escolas e o “que e como” as famílias necessitam aprender. A educação ambiental é capaz de induzir dinâmicas sociais que levam a mudanças individuais e coletivas, locais e globais que provocam uma abordagem colaborativa e crítica na busca da resolução dos problemas (Loureiro, 2004; Sauv , 2005).

A educa o ambiental também contribui para despertar o senso de responsabilidade de cada indivíduo tanto através da conserva o ambiental como na convivência socioambiental e sociocultural do espaço em que vivem e atuam. Possibilita a integra o dos saberes, permitindo que as questões cotidianas dialoguem com as ciências clássicas e com isto contribui na forma o de uma postura crítica e atuante.

Nesse sentido a educa o ambiental   a educa o que busca alcançar a sustentabilidade, pois ela pode contribuir de forma emancipatória, desmistificando a rela o homem-natureza, melhorando a qualidade desta rela o de forma transformadora, contribuindo assim para uma sociedade ambiental e politicamente alfabetizada, responsável pelo mundo que habita.

Partindo deste princípio reforça-se a necessidade da inclusão da educa o ambiental nos programas da educa o básica, pois esta auxilia os educadores e alunos no sentido de compreenderem o papel da escola na forma o de cidadãos responsáveis e ativos. Como os problemas ambientais não se restringem apenas   prote o da vida, mas   qualidade da mesma, a educa o ambiental possibilita aos professores atuarem tanto no âmbito formal quanto no âmbito não formal da educa o, auxiliando os alunos a identificar diversos problemas tais como, questões de saneamento básico na comunidade a partir do espaço da escola e de suas residências; perceber e debater a cerca de questões como polui o e acesso   água trabalhando com outras realidades; analisar e buscar alternativas e propostas para os problemas de saneamento, moradia, meios de sobrevivência que afetam as comunidades onde vivem.

2. A valoriza o das propostas interdisciplinares

As intera es do homem com seu meio sempre se deram através de processos interdisciplinares. Entretanto, tais processos foram transformados em elementos disciplinares fundamentados no conhecimento científico, especializado, fragmentado, configurando-se em um desenvolvimento científico. Enquanto este desenvolvimento envolvia pequenas intera es espaciais, essa tendência foi útil na cria o de um considerável avanço científico e tecnológico. Entretanto, conforme Philippi Jr (2000), o desenvolvimento humano gerou novas pressões e intera es ambientais que requerem atualmente da ciência uma a o interdisciplinar.

Os procedimentos interdisciplinares passaram então a ser valorizados, pois representam a possibilidade de coopera o entre diferentes áreas do conhecimento e campos de atua o profissionais, permitindo a elabora o de estratégias, intercâmbio e enriquecimento indispensáveis na abordagem de um tema (Japiassu, 1976; Gallo, 2001; Oliveira, 2003) para melhor enfrentar os desafios e pressões no que se refere   busca de solu es para um determinado problema, especialmente os problemas ambientais.

A questão ambiental, por sua abrangência e complexidade, exige cada vez mais uma abordagem menos fragmentada, necessitando da utiliza o de métodos interdisciplinares, com uma visão sist mica, um pensamento holístico (Capra, 1982; Leff, 2001) que possibilite restabelecer uma dada realidade na sua totalidade.

Neste contexto, considera-se a educação ambiental como tema gerador de larga amplitude por possibilitar o envolvimento de trabalhos nas diversas disciplinas do currículo, apoiado nos fundamentos da interdisciplinaridade. Isto por que a visão interdisciplinar lida com a realidade e adota uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a questão ambiental e sociocultural. Conduzir um trabalho de ensino-aprendizagem requer uma visão integradora voltada tanto para a realidade ecológica como para a sociocultural e a econômica de cada sociedade, de cada região, de cada indivíduo. Tal perspectiva certamente facilitará a compreensão de que o meio ambiente possui uma natureza complexa, e tal complexidade se deve à ação mútua no que se refere às características biológicas, físicas, sociais e culturais.

3. Os PCN e a Educação Ambiental

Na evolução do sistema de ensino brasileiro, as oportunidades de escolarização sempre estiveram maiores nos centros urbanos. Apesar de todas as transformações ocorridas na ampliação das oportunidades de ensino, sobretudo após os novos marcos legais instituídos pelas Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, não houve alteração significativa na histórica defasagem do atendimento aos habitantes do campo em todos os níveis e modalidades com exceção em certa medida ao primeiro segmento do nível fundamental (Brasil, 2005).

Este quadro deve-se a situação de que o meio rural, do princípio da nossa história até a metade do século XX, se caracterizava pelo latifúndio, pela monocultura e pelo recurso a técnicas de produção muito rudimentares, podendo prescindir da educação e mesmo da alfabetização.

A consolidação da educação só ocorreu a partir de 1930 quando passou a haver uma demanda dos segmentos populares com a intensificação do processo de industrialização e a transferência da mão-de-obra dos setores considerados tradicionais para o moderno. Surgiram nessa época os movimentos em defesa da escola pública, gratuita e laica, com as responsabilidades da escolaridade elementar assumidas pelo Estado. Dada à forma como se desenvolveu a agricultura no Brasil, com ausência da provisão de recursos públicos, dentre os quais, a escola, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo e do meio ambiente.

A partir dos anos 90, os povos organizados do campo conseguiram incluir na esfera pública a educação do campo como uma questão de interesse nacional. E o Ministério da Educação, abriu-se à construção de uma política nacional de educação do campo, que vem sendo construída em diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro. Foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e, na sua estrutura foi criada a Coordenação-Geral de Educação do campo que coordena um “movimento nacional” de construção dessas políticas de educação para o campo (Brasil, 2005).

Em 1998 o Ministério da Educação, da Cultura e do Desporto (MEC) publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 cujo objetivo era estabelecer as diretrizes para o currículo do ensino fundamental e médio, servindo ainda como documento de referência nacional.

Os PCN destacam a necessidade de se elaborar os projetos educativos das escolas e a importância de se abordar alguns temas sociais de abrangência nacional ligados às questões sociais contemporâneas, entre eles o meio ambiente. Estes são denominados Temas Transversais, cuja idéia é inserir o estudante, através do conhecimento escolar, na realidade cotidiana. Os

temas transversais além de relevante interesse social abrangem várias áreas do conhecimento e requerem um planejamento interdisciplinar.

A transversalidade coloca um novo desafio para os professores, dando espaço para a criatividade e a inovação, pois possibilita a busca de novos caminhos para o fazer pedagógico, tratando de forma integrada temas de relevância social. A implementação participativa e ativa dos professores e alunos é uma exigência, além de reconhecer como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem os conhecimentos prévios dos alunos, seus interesses e motivações e seu estágio de desenvolvimento cognitivo-afetivo, bem como a exigência permanente da contextualização das situações educativas e a imprescindível busca da relação teoria-prática. (Mininni-Medina & Aquino, 2001, p. 80).

Dentre as recomendações dos PCN está a introdução da educação ambiental no currículo do ensino básico como um elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental. Tais recomendações refletem a necessidade de serem trabalhadas as seguintes noções: o conceito de meio ambiente, de sustentabilidade e de diversidade biológica e cultural. Os seus objetivos gerais para o ensino fundamental, ressaltam ainda, a necessidade de conhecer e compreender de modo integrado o ambiente natural e social e suas inter-relações e atuar no sentido de manter um ambiente saudável e possibilitar deste modo à melhora da qualidade de vida (Brasil, 1998). Tal perspectiva possibilita a ampliação de conhecimentos em diversas dimensões, já que, a educação ambiental não está presa a uma grade curricular rígida, confere a possibilidade de se conhecer e ampliar conhecimentos em muitas dimensões, sempre enfocando a sustentabilidade ambiental local e planetária. Na perspectiva de Sorrentino et al (2005), aprender com as culturas tradicionais, estudar a dimensão da ciência, abrir janelas para a participação em políticas públicas de meio ambiente e para a produção do conhecimento no âmbito da escola.

4. Os sujeitos da educação do campo e o meio ambiente

O mundo rural e o campo é um território onde existem conflitos e disputas, onde as temáticas a cerca das relações de saber e poder precisam ser analisadas especialmente no âmbito da educação. É necessário pensarmos a educação (que é um processo universal) desde seus sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico. (Caldart, 2005) ressalta que a educação do campo tem como particularidade, o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Para a autora, a educação do campo dialoga com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, porém preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, de forma mais ampliada, com a formação humana. E, sobretudo, busca construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele.

É preciso contextualizar este tipo de educação destacando seus elementos principais dentro da questão agrária e a situação social objetiva das famílias trabalhadoras: o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social, da exclusão; a implantação do modelo capitalista de agricultura. Resgatando mais uma vez a visão de Caldart (idem, p. 3),

“neste mesmo contexto a situação em relação à educação: ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses/trabalhadores do campo; - ao mesmo tempo a emergência de lutas e de sujeitos coletivos reagindo a esta situação social; especialmente as lutas camponesas, e entre elas, a luta pela terra e pela Reforma Agrária; - também o debate de uma outra concepção de campo e de projeto de

desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo; - vinculadas ou não a estas lutas sociais, a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição”.

Uma idéia instigante seria pensar em uma proposta de desenvolvimento da escola do campo que leve em consideração a tendência da superação da dicotomia rural/urbano, que é o elemento central das contradições existentes, ao mesmo tempo em que resguarde a identidade cultural dos grupos que ali produzem suas vidas. O campo atualmente não é sinônimo de agricultura ou de agropecuária; a indústria chegou ao campo e aumentaram as ocupações não agrícolas. Há traços culturais do mundo urbano que passaram a ser incorporados no modo de vida rural, assim como há traços do mundo camponês que voltaram a ser respeitados, como forma de resgate de alguns valores humanos sufocados pelo tipo de urbanização que caracterizou nosso processo de desenvolvimento. Nesse sentido, uma escola do campo não precisa ser uma escola vinculada à cultura que se produz por meio de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra.

O quadro da educação brasileira de uma forma geral não é nada bom, especialmente a educação oferecida nas escolas das áreas rurais apresenta problemas graves de origem, pois foi planejada a partir da escola urbana. A escola rural parece tão alienada do seu meio quanto o são também as escolas urbanas para as classes populares (Willis, 1991). As pesquisas mostram as distâncias existentes entre o planejamento governamental e as expectativas das populações rurais beneficiárias. Tal como se apresenta, a escola das áreas rurais é inadequada ao seu meio (Leite, 1999; McLaren, 1997; Damasceno & Therrien, 1993), mas apesar disso é preciso que se reconheça que apesar da escola pública do meio rural ser limitada e precária, essa instituição tem papel fundamental na divulgação do saber universal para a população rural, devendo por isso ser avaliada e, sobretudo, ter sua função sócio-pedagógica e conteúdos curriculares redefinidos para que de fato venha a atender aos reais interesses dos grupos sociais a que se destina (Damasceno, 1998; Rizzoli, 1988).

As escolas das áreas rurais encontram-se em uma situação de abandono (em alguns casos, identifica-se este abandono até pela má conservação dos prédios escolares). Em diversas localidades as prefeituras destinam condução para as crianças estudarem nas cidades, porém, em alguns distritos este meio de transporte não funciona por razões diversas. Muitas vezes as crianças enfrentam um longo e perigoso trajeto devido às péssimas condições de conservação das estradas ou dos ônibus destinados a transportá-las às escolas. Outro aspecto, conforme Kolling et al (1999), é que as crianças das áreas rurais são colocadas em classes separadas das crianças das cidades, o que segundo os autores, reforça a dicotomia ainda presente na sociedade. Em alguns casos, quando são colocadas na mesma sala, normalmente são consideradas atrasadas pelos colegas e por alguns professores das escolas localizadas nas áreas urbanizadas, que ainda concebem o urbano como superior, moderno e, portanto mais atraente. Tal situação leva estas crianças a assumirem valores e condutas não recomendáveis e perigosas (por exemplo, faltar aula e ir para os bares ingerir bebidas alcoólicas).

Este comportamento reforça a concepção de que a escola urbana é melhor que a escola rural, e que a população urbana apresenta valores considerados superiores. Na concepção de Moreira (2005, p. 16) valores culturais típicos da “cultura hegemônica (metropolitana, cidadina e globalizada), que constrói um outro não-hegemônico (o rural e o agrícola) sob o seu domínio (...)”. Uma idéia que demonstra ser necessário garantir uma educação de qualidade, que incorpore os valores socioculturais das crianças do campo, de forma que, a partir do conhecimento, da compreensão e da valorização do seu meio possam desenvolver um sentimento de pertencimento, de que elas são partes importantes da nossa sociedade. Ou seja, reconhecerem que em sua historicidade há uma identidade social que os criou tornando-os quem são, com seus modos de ser, suas mentalidades e identidades tanto individual como coletivas. “Cada identidade

é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dá em redes materiais e afetivas, de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais” (Moreira, 2005, p.18).

A incorporação desta perspectiva possibilita estes atores se sentirem sujeitos da sua história e auxilia ainda os professores na compreensão do importante papel da escola na formação de cidadãos conscientes, ativos, responsáveis, buscando valores éticos como, o respeito ao outro, a fraternidade, a solidariedade, além do respeito ao meio ambiente.

A proposta do Brasil (1997) ressalta que é necessário formar cidadãos conscientes para trabalharem a realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar individual e da sociedade, tanto em nível local como global. Para isto, a escola deve entre outras coisas trabalhar com a formação de valores.

Apesar da proposta de integração da educação ambiental nos currículos escolares pode-se dizer que tal inclusão ainda se encontra ausente dos programas voltados para as escolas das áreas rurais.

Nesta perspectiva é necessário encontrar caminhos metodológicos e práticas educativas que incorporem a educação ambiental nos currículos das escolas rurais, pois ela abrange as diversas realidades do universo escolar, envolvendo amplos panoramas sociais e históricos. Tal concepção pode contribuir para construir bons projetos pedagógicos e conduzi-los de forma ética. Esta visão é também compartilhada por alguns autores (Dias, 2003; Kolling et al, 1999; Leff, 2001; Mininni-Medina & Aquino, 2001).

Assim, torna-se fundamental ampliar a perspectiva de uma educação específica das escolas do campo a partir de seus sujeitos; que incorpore seus valores, buscando construir estratégias pedagógicas que promovam transformações, resgatando o campo para além do espaço da produção. Ou seja, percebendo-o como lugar onde se estabelecem relações sociais, com suas culturas, seus valores, tradições, modos de vida de seus habitantes e da relação que estabelecem com a natureza. A educação ambiental contribui para reforçar nos sujeitos o sentimento de pertencimento ao meio, reconhecendo e reforçando a importância de sua identidade social.

Nesse sentido, dentro da perspectiva da educação ambiental para as escolas localizadas nas áreas rurais, precisariam ser trabalhados conteúdos que contribuíssem para a construção da identidade de uma escola voltada para seus sujeitos.

5. Considerações finais

De acordo com o que foi exposto apresentamos algumas conclusões preliminares sobre a educação ambiental para as escolas do campo.

A Lei 9795/1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental menciona:

“Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

No Capítulo I, artigo 4º da referida Lei estão definidos os princípios e objetivos da educação ambiental, quais sejam: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a

abordagem articulada das questões ambientais, locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Nesse sentido, a educação ambiental no ensino das escolas do campo deve fazer parte dos objetivos da educação, pois contribui para resgatar valores diversificados fundamentais para uma visão e uma atuação abrangente por envolver instâncias ética, ecológica, econômica, política, social, histórico-cultural e a tecnológica. Valores estes necessários para preparar os cidadãos como co-responsáveis na resolução de problemas não apenas ambientais, mas para outras transformações no que se refere à superação das desigualdades sociais, da dominação da natureza, da degradação ambiental. É preciso incentivar e incorporar práticas de educação que contextualizem a realidade em termos culturais, ambientais, sociais e econômicos, ou seja, que possuam uma visão interdisciplinar, contribuição para uma educação que abranja um conjunto de processos formativos já constituídos pelos sujeitos do campo em seu processo histórico. Pensar a educação enquanto política desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social, desde seus sujeitos concretos no seu contexto social em um tempo histórico, sem esquecer de considerar que antes de tudo o que se busca é a formação de seres humanos.

A literatura sobre a educação para a população do campo está muito voltada para a discussão da perspectiva da população a que se destina, ou seja, os habitantes das áreas rurais. Tal tendência parece se dar em função das próprias circunstâncias da realidade estudada, isto é, os próprios camponeses através de sua organização política, tornaram-se suficientemente visíveis para chamarem sobre si a atenção dos estudiosos (Damasceno & Therrien, 1993; Beserra, 1996). A partir daí a educação rural deixou de fazer parte apenas de um plano geral de desenvolvimento da nação e tornou-se uma reivindicação de uma classe social. Apesar de não serem guiados pelos mesmos interesses teórico-metodológicos, a maioria dos estudos produzidos na área apresenta dados que instigam a discussão de propostas alternativas de educação para a população rural em cujo centro estejam os interesses de seus sujeitos.

A educação contemporânea requer a busca de perspectivas mais amplas, que envolvam não só a educação ambiental, mas que tentem apontar caminhos que contribuam para uma transformação social no que se refere à superação das desigualdades sociais, da dominação da natureza, da degradação ambiental. É preciso incentivar e incorporar práticas de educação ambiental que contextualizem a realidade em termos culturais, sociais e econômicos, ou seja, que possuam uma visão integradora.

Propostas inovadoras e criativas devem permear os projetos político-pedagógicos para que sejam formados cidadãos reflexivos, críticos e participativos que objetivem encontrar a solução dos problemas ambientais. Sobretudo o projeto político da educação para as comunidades do campo deve contemplar novas relações entre os sujeitos da educação e os seus conhecimentos, saberes e tradições. Por essa razão, enfatiza-se a necessidade da educação ambiental ser implementada em todos os níveis e modalidades de ensino, principalmente no ensino básico, seguindo a proposta dos parâmetros curriculares e dos pressupostos do desenvolvimento sustentável. À disposição de incentivar novas práticas educativas, consideramos a educação ambiental como uma proposta inovadora fortemente eficaz para construir um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo (Kolling et al, 1999) e um desafio tanto em relação às políticas públicas para a educação como em relação às concepções pedagógicas, para que a educação possa ter o seu caráter universalizante, pois como já foi mencionada a educação ambiental confere a possibilidade de se adotar abordagens mais abrangentes possibilitando assim a construção de um sentimento de pertencimento nos sujeitos envolvidos no processo educativo.

6. Referências bibliográficas

AQUINO, M. S. Implementação da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico para o meio rural. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora: SOBER, 2003. CD-ROM.

BESERRA, B. Técnicos e camponeses em assentamentos da reforma agrária ou a construção fictícia da aceitação do outro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v.12, n.1, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental**. Brasília. Brasília: MEC/COEA, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Elementos para um plano nacional de educação do campo: Por uma Política de Educação do Campo**. Brasília: MEC/ SECAD, 2005.

CALDART, R.S. **Momento atual da Educação do Campo**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário NEAD/MDA), 2005.

Disponível em:

<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=27&titulo=artigo+do=M%C3%AAs>
Acesso em 24 de setembro de 2006.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993.

DAMASCENO, M. N. A escola em assentamentos: um retrato em branco e preto. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 7, n.11, 1998.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8ª edição. São Paulo: Gaia, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, S. Transversalidade e meio ambiente. **Ciclo de Palestras sobre o meio ambiente. Brasília**. MEC/SEF, 2001.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOLLING, E. J.; NERY I. I. J.; MOLINA M. C. (orgs). **Por uma educação básica no campo**. 3ª edição. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F.; FICKERT, U. (orgs). **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LEI 9795 de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **D.O. DE 28/04/1999, P. 1.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm

Acesso em: 03/10/2007

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MININNI-MEDINA, N.; AQUINO, A. L. T. de (coord.). **Educação Ambiental: curso básico à distância**. 2ª edição. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 2001.

MOREIRA, R.J. “Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação”. In: MOREIRA, R.J. (org). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

OLIVEIRA, E. M. de. **Cidadania e educação ambiental: uma proposta pedagógica de educação no processo de gestão ambiental**. Brasília. IBAMA, 2003.

PHILIPPI JR., A. (org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Cegos, 2000.

RIZZOLI, A. **O real e o imaginário na educação rural**: município de São Carlos. 1988. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

SAUVE, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1517-97022005000200012. Acesso em: 12 Abr. 2007.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R; MENDONÇA, P.; FERRARO JR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**. Maio/Ago. 2005, vol 31, nº2 p.285-299.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid+S1517-97022005000200010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1517-9702. Acesso em: 16/02/2007.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.